



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **20/07/2018**

Aprovado em: **25/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.04.20>

INSTITUIÇÃO DO CURRÍCULO FUNCIONAL NO CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO JOÃO CARDOSO NASCIMENTO JUNIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

HELON BELMIRO SAMPAIO BACELLAR, ANDERSON DE ARAUJO REIS, ELVIS NICHOLLAS
PEREIRA DE ANDRADE

RESUMO

O artigo é um relato empírico referente à instituição do Currículo Funcional Natural no Centro de Atendimento Educacional Especializado João Cardoso Nascimento Junior. Tal currículo consiste em uma metodologia pedagógica pela qual são feitas adequações nos componentes curriculares para que se tornem mais funcionais, ou seja, tenham utilidade conforme a necessidade cotidiana dos Alunos com Deficiência. Além disto, que sejam Naturais, isto é, que o contexto, os processos e os materiais sejam tão parecidos quanto possível em relação ao mundo real do aluno atendido. Verificou-se que houve ampliação da interação no processo de ensino-aprendizagem, avanço na cooperação entre os profissionais envolvidos, crescimento da demanda por educação continuada e atualização entre colegas, assim como aumento na participação da comunidade escolar na elaboração e efetivação das práticas educacionais com foco na inclusão.

Palavras-Chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Instituição. Currículo Funcional Natural. Aluno com Deficiência.

ABSTRACT

The article is an empirical report referring to the institution of the Natural Functional Curriculum in the Specialized Educational Care Center João Cardoso Nascimento Junior. This curriculum consists of a pedagogical methodology by which adjustments are made in the curricular components so that they become more functional, that is, they have utility according to the daily need of Students with Disabilities. In addition, they are Natural, that is, that the context, processes and materials are as similar as possible to the real world of the student being served. It was verified that there was an increase in the interaction in the teaching-learning process, progress in the cooperation among the professionals involved, growth in the demand for continuing education and updating among colleagues, as well as increased participation of the school community in the elaboration and implementation of educational practices with focus on inclusion.

Keywords: Special Education. Inclusive education. Institution. Natural Functional Curriculum. Student with Disability. **SOMMAIRE** L'article est un rapport empirique se référant à l'institution du programme fonctionnel naturel dans le Centre de soins éducatifs spécialisés João Cardoso Nascimento Junior. Ce programme consiste en une méthodologie pédagogique par laquelle des ajustements sont apportés aux composantes du programme afin qu'elles deviennent plus fonctionnelles, c'est-à-dire qu'elles soient utiles en fonction des besoins quotidiens des élèves handicapés. De plus, ils sont naturels, c'est-à-dire que le contexte, les processus et les matériaux sont aussi semblables que possible au monde réel de l'élève servi. L'interaction dans le processus d'enseignement-apprentissage, les progrès de la coopération entre les professionnels impliqués, la croissance de la demande de formation continue et de mise à jour entre collègues et la participation accrue de la communauté scolaire à l'élaboration et à la mise en se concentrer sur l'inclusion. **Mots-clés:** Education spécialisée. Éducation inclusive. Institution Programme fonctionnel naturel. Étudiant avec handicap.

INTRODUÇÃO

O sistema educacional costumava tratar a Educação Especial de forma paralela e distanciada do ensino regular. Dispensava um serviço exclusivo para Alunos com Deficiência - AcD sem relação com o currículo corrente. Acredita-se que, decorrente o advento de Políticas Públicas mudanças na sociedade favoreceram profissionais mais conectados com novas práticas pedagógicas de modo a aproximar os estudantes de aprendizagem úteis e funcionais, sem desconectar com os conteúdos necessários para a formação escolar.

Este artigo é um relato de experiência a partir da implantação do Currículo Funcional Natural – CFN

como metodologia para o atendimento de crianças e adolescentes com variados níveis de comprometimento. Foram colhidas informações do Projeto Político Pedagógico - PPP e do Regimento interno da escola, analisando-os conforme a revisão de literatura.

O Centro de Atendimento Educacional Especializado João Cardoso Nascimento Junior - CAEEJCNJ tem como marco histórico de funcionamento o Decreto nº 10.313 de 07 de março de 1989, que instituiu o Centro de Educação Especial João Cardoso Nascimento Junior, conforme Resolução nº 226/2003 do Conselho Estadual de Educação – CEE. Posteriormente, houve alteração na denominação para Centro de Educação Especial João Cardoso do Nascimento Junior, vide Resolução nº 189/2015 – CEE, que autorizava a oferta do Ensino Fundamental, ministrado pela Escola de Educação Especial João Cardoso do Nascimento Junior. Recentemente, aos 28 de setembro de 2017, foi promulgada a Resolução nº 326/2017 – CEE, pela foi reconhecida a oferta do Ensino Fundamental ministrado pelo Centro de Atendimento Educacional Especializado João Cardoso Nascimento Junior – CAEEJCNJ.

A totalidade dos alunos do CAEEJCNJ matriculados no ano letivo de 2017 apresentava diagnóstico com deficiência de alto comprometimento. Destes, 46,49% são alunos com deficiência múltipla, isto é, quando há comorbidades, de modo que se manifestam duas ou mais deficiências simultaneamente.

O Artigo 2º da Lei Brasileira de Inclusão - LBI (lei 13.146 / 2015) dispõe que Pessoa com Deficiência - PcD é quem tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode prejudicar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as outras pessoas (BRASIL, 2015).

Logo, o AcD de alto comprometimento atendido pelo CAEEJCNJ é quem tem características de natureza física, mental, intelectual, sensorial, afetiva e/ou socioambiental que dificultam o processo de ensino-aprendizagem, a comunicação, a movimentação ou a autonomia.

Conforme o Artigo 28 da LBI, é responsabilidade do poder público promover, com medidas individualizadas e coletivas, em ambientes que otimizem o desenvolvimento acadêmico e social dos AcD para possibilitar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino. Também pugna pela organização de um PPP que estabeleça o Atendimento Educacional Especializado - AEE e outros serviços, como também adaptações necessárias e razoáveis para promover a inclusão efetiva perante o currículo, em condições de igualdade, viabilizando o exercício de sua autonomia (BRASIL, 2015).

No intuito de prestar um Atendimento Educacional Especializado, pode-se promover uma organização curricular tendo como norte os princípios do CFN. Funcional, porque dispõe de atividades que tenham utilidade no curto ou médio prazo da vida do AcD. Natural, devido à busca de contextos e ferramentas mais parecidas com a vida real do mesmo (SUPLINO, 2009).

Foram feitas, neste rumo, muitas reflexões para adequar não só a estrutura física do CAEEJCNJ, como também a metodologia de apresentação do conteúdo curricular, a qual precisou ser moldada consoante às especificidades e habilidades dos discentes.

A concepção do CFN se distingue como uma metodologia na qual são estabelecidos determinados processos de modo que estejam conectados de múltiplas formas com a experiência do aluno, tornando o ensino-aprendizado muito mais significativo devido às funcionalidades inerentes aos conteúdos aprendidos. Todos os recursos são desenvolvidos com vistas a enriquecer a experiência por meio de vivências que façam sentido para o AcD (DA COSTA, 2006).

Tal opção metodológica se ampara em concepções e princípios pedagógicos que auxiliam a práxis do professor com vistas à aprendizagem dos estudantes. A intervenção pedagógica ocorre para moldar a apresentação dos conteúdos e objetivos previstos tendo como guia o atendimento da individualidade do aluno, de maneira que possa ser feita sob medida (SUPLINO, 2009).

Isto demonstra que, necessariamente, o conhecimento das características específicas do aluno precede o estabelecimento dos objetivos a serem alcançados com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens que sejam úteis nos contextos de sua vida (DA COSTA, 2006).

Assim, cada docente regente da área de aprendizagem, deve considerar princípios norteadores de modo a estabelecer o CFN na instituição educacional, dentre os quais se destaca considerar sempre o aluno como centro do fazer pedagógico; tirar o foco dos comportamentos inadequados para notar as habilidades do estudante; ninguém é incapaz de aprender, pois todos podem participar do processo de ensino-aprendizagem; além disto, deve-se conscientizar a família de que sua participação no ensino-aprendizagem é mais relevante que o papel dos profissionais (SUPLINO, 2009).

Além dos princípios, há procedimentos elementares no caminho da aprendizagem. Assim, “o educador deve ensinar com entusiasmo e motivação”; “o tom de voz e a linguagem usada com o aluno devem ser o mais natural possível, sem gritos e tons muito altos”; “as habilidades do aluno devem ser mais enfatizadas que suas fraquezas”. A palavra “não” deve ser evitada; “a atenção do aluno deve ser garantida antes de ser dada uma ordem ou fazer um pedido”; “as ordens dadas devem ser claras”; “as ordens dadas devem ser apenas aquelas indispensáveis”; “as ordens não devem ser repetidas mais de duas vezes”; “deve ser dado um tempo suficiente para a resposta do aluno”; “o educador deve manter-se calmo”; o educador deve brincar e interagir como um amigo com seu aluno”; “elogios devem ser descritivos, quando necessário”; “ajudas físicas devem ser evitadas, de forma a dar ao aluno a oportunidade de fazer sozinho”; “os interesses do aluno devem ser aproveitados para ensino de novas habilidades” (LEBLANC, 1998 *apud* SUPLINO, 2009)

Portanto, adequações, ajustes e modificações são feitos para contemplar as necessidades de cada aluno, criando condições de acordo com as demandas específicas visando potencializar o processo de ensino-aprendizagem, tendo sempre como norte as necessidades educacionais e o tempo de aprendizagem (DA COSTA, 2006).

Destaca-se, desta forma, que foram feitas adequações perante a base curricular nacional para atender o público-alvo do Centro de modo mais inclusivo.

A questão em relevo no momento destas acomodações deve ser como converter as disciplinas do ensino regular para que fossem tão funcionais e naturais quanto possível a tal ponto que se tornassem acessíveis aos AcD visando a inclusão dos mesmos, oferecendo a possibilidade de interagir com as áreas de conhecimento (ALMEIDA, 2013).

O processo de exclusão do AcD ainda está inerente nos mais diversos aspectos, tais como, discriminação e preconceito. Em outro ponto, o mesmo corpo social volta contra suas próprias atitudes com um discurso de inclusão. Há, portanto, um temor velado nas práticas que são estabelecidas com o fim de lidar com a educação inclusiva. Isto se evidencia pela contradição ao contrapor o grau de seletividade mediante a ênfase na diferenciação por meio do preconceito. Busca-se incluir através da normalização com o fundamento do poder disciplinar. Encontram-se resistências dentro da coletividade. Cabe, neste contexto, um olhar teórico atento, porém, vinculado com a realidade efetiva da práxis pedagógica (OSÓRIO, 2007).

A gestão educacional, especificamente na política de educação inclusiva, tem sido, de um modo geral, executada de forma que não se busca elaborar ou reelaborar o PPP com a contribuição coletiva dos envolvidos. Deste problema decorre ineficiência na implementação de ações planejadas conforme a realidade da escola inclusiva; outra decorrência reside nos conflitos interpessoais; deriva também uma distância abismal que separa o PPP do discurso e da prática pedagógica diária; uma última contradição diz respeito a valorização dos problemas administrativos perante as questões pedagógicas (TEZANI, 2010).

Com fim de amenizar desafios inerente aos espaços educacionais que atendam AcD de alto

comprometimento, o PPP do CAEEJCNJ foi configurado em consonância com a colaboração de todos os envolvidos no cotidiano do mesmo. Assim, houve a elaboração de um CFN delimitando áreas de aprendizagens que objetivam desenvolver habilidades funcionais, desde as mais elementares até as referentes ao letramento (SUPLINO, 2009).

Antes de adentrar nos detalhes referentes a cada área de aprendizagem, cabe realizar uma revisão das concepções utilizadas nas práticas pedagógicas do CAEEJCNJ. Enche-se de relevância neste ponto indagar como estes constructos foram trabalhados historicamente na práxis pedagógica em contextos onde atua a Educação Especial.

Indaga-se pelos direitos relativos à educação da Pessoa com Deficiência de modo que se efetive a inclusão escolar, não apenas como discurso idealista, mas sim por meio da concretização de estratégias fincadas em uma realidade explicitamente vivenciada pelos docentes do CAEEJCNJ.

A Educação Especial não se confunde com a Educação Inclusiva, pois a primeira refere-se a uma modalidade de ensino que pretende impulsionar a expansão das potencialidades dos AcD, envolvendo diferentes níveis e graus de sistema de ensino. A segunda concepção pedagógica compreende uma metodologia educativa que deve resguardar a diversidade e as múltiplas formas de aprender, tendo o ambiente educacional como dever proporcionar a participação, cooperação entre os mesmos e, concomitantemente, garantir a observância das especificidades e singularidades de cada um dos estudantes (MARTINS & SILVA, 2007).

Cabe ressaltar que ambas diferenciam-se pelo conceito “Inclusão”, tendo em perspectiva que a primeira se volta exclusivamente para o atendimento de PcD. Já a outra noção pedagógica orienta para a construção de uma sociedade inclusiva e é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular (GLAT, PLETSCHE & FONTES, 2007).

A Educação Especial atua com vistas nas especificidades e habilidades de alunos no processo educacional passando a integrar a proposta pedagógica da escola regular, ou seja, relaciona-se com o ensino regular orientando o atendimento às necessidades educacionais dos alunos com deficiência (SMEHA & SEMINOTTI, 2008).

A escola só passa a ser inclusiva quando preparam docentes e gestores, e ainda remodela as relações entre os participantes da comunidade escolar. Faz-se necessário reestruturar não só de forma organizacional, como também seu projeto político-pedagógico (PPP), materiais didáticos, meios de avaliação, metodologias e estratégias de ensino (GLAT, PLETSCHE & FONTES, 2007).

IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORMATAÇÃO

A instauração do CFN no CAEEJCNJ teve início no primeiro semestre letivo do ano de 2017. As disciplinas estão descritas no PPP como área de aprendizagem, as quais possuem uma sala própria. Ressalte-se que o Centro funciona com um Universo de 120 alunos distribuídos em dois turnos – matutino e vespertino.

Tendo como norte os Parâmetros Curriculares da Base Nacional Comum - PCBNC, segundo o qual as escolas devem acomodar seus currículos visando o atendimento dos alunos em suas especificidades mantendo a qualidade durante o ensino-aprendizagem, foram feitos ajustes no currículo quanto aos objetivos, conteúdos, processos avaliativos, temporalidade e a organização do trabalho pedagógico do CAEEJCNJ. Desta forma, tal como se orienta nos PCBNC, são trabalhadas 40 semanas anuais e o módulo-aula compreende 50 minutos.

A maioria das alterações curriculares tem a função de que o educando possa aprender os conteúdos

curriculares conforme suas condições individuais. Tais adaptações têm como prioridade, não o enaltecimento da deficiência, mas sim o desenvolvimento das capacidades, o potencial, a zona de desenvolvimento proximal – conforme conceituação de Vygotsky (1984). Por este prisma, o docente busca identificar os conhecimentos que o aluno já dispõe, de modo a poder criar vínculos com os conteúdos que precisam ser aprendidos. Visam afastar a exclusão educacional proporcionando caminhos curriculares possíveis na direção da inclusão do AcD de alto comprometimento.

Em cada ano letivo, o aluno é inserido em um eixo temático específico. Tais eixos configuram-se em componentes curriculares correspondentes às áreas do conhecimento deferido pelo Conselho estadual de Educação do Estado de Sergipe.

Primeiramente aponta-se a Tecnologia Assistiva - TA, que corresponde à parte diversificada, por considerar a relevância da mesma, tendo em vista que deve atravessar todas as outras com o fim de torná-las inclusivas. Além de viabilizar a interação dos AcD com os recursos de Alto custo, como computador, tablet etc, se volta, simultaneamente, para a construção de recursos de baixo custo - que tornam possível a participação suprimindo uma limitação com um artifício adequado, de acordo com a demanda dos alunos atendidos em cada eixo de aprendizagem.

Um segundo componente curricular consiste na “Atividade psicomotora / letramento”, que corresponde à área das linguagens e pretende desenvolver capacidades básicas, aumentando o potencial motor, a consciência corporal, a locomoção, o equilíbrio e a organização espacial, sempre fazendo uma ponte com atividades de alfabetização, conhecimentos matemáticos, ciências humanas e da natureza.

Com isto, pretende-se utilizar o movimento para predispor o AcD a aquisições mais elaboradas, como as intelectuais. Assim, garantir o aperfeiçoamento equilibrado dos componentes corporais, afetivos e intelectuais no intuito de alcançar uma relativa autonomia.

Uma terceira área de aprendizagem diz respeito a “Práticas educativas para a vida independente”, que corresponde às ciências humanas, na qual são desenvolvidos conteúdos de aprendizagem que tornem possível o aperfeiçoamento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal, de inserção social e de autonomia. Tais objetivos se concretizam por meio de estratégias de alimentação; higiene; saúde e segurança; como também a familiarização com atividades domésticas.

A área seguinte diz respeito às “Potencialidades dramáticas, musicais e lúdicas”, que corresponde à área das linguagens, com a qual se promove o desenvolvimento de atividades de exposição de histórias, vivências musicais, iniciação à educação musical, dramatização, dança e expressão corporal, folclore e cultura popular na perspectiva da educação inclusiva.

A quinta área de aprendizagem corresponde às Práticas de instrumentais de ampliação cognitiva e motora, que corresponde às ciências humanas. Desenvolve um ensino com a utilização de um sistema de orientação baseada no aspecto visual e apoio na estrutura e combinação de variados recursos materiais, visando ampliar a aprendizagem de conceitos, movimentos, como também promover mudança de comportamentos com vistas à melhoria da qualidade de vida dos alunos atendidos.

Em seguida apresenta-se “Letramento e componentes curriculares”, que corresponde às linguagens e compreendem atividades de alfabetização, conhecimentos matemáticos relacionando-os com as ciências humanas e da natureza.

A área de aprendizagem ulterior é “Comunicação Aumentativa e Alternativa” - CAA, que corresponde às ciências humanas. Aprimora a utilização de meios pelos quais o AcD seja incluído no contexto socioambiental. Para tanto, utiliza o software “boardmaker”, cartões de comunicação com números e operações, como também com ciências humanas e naturais, além de pranchas de comunicação com símbolos, fotos e figuras relacionadas com a vida cotidiana.

Ainda que seja muito utilizada na educação, também tem uma aplicação clínica em diversas profissões. A que mais se dedica a esta área é a Fonoaudiologia. Há que se admitir as contribuições no âmbito da oralidade e compreensão. Porém, cabe destacar que, dentre os benefícios incluem-se a avaliação assistida, leitura e escrita. Portanto cabe incentivar maior participação de outras profissões como Pedagogia, Psicologia, Fisioterapia, TO, mas também se cogita pela relevância de expandir a aplicação da CAA para o contexto da família. Isto permite que os conhecimentos adquiridos com a mesma sejam generalizados para a vida cotidiana, ultrapassando os limites dos estabelecimentos institucionais (CICERI CESA & BOLLI MOTA, 2015).

A penúltima corresponde à “Expressão gráfico-plástica”, que corresponde às linguagens. Destaca o fazer artístico enquanto prática pedagógica visando à criação e apreciação das artes plásticas. Para tanto, lança mão de oficinas de pintura, desenho, colagem, origami, modelagem, escultura dentre outras.

Ao fazer uma pintura, pode-se verificar não só a projeção do mundo interior do AcD como também serve para documentação analisada conforme o contexto espaço-temporal. Cria uma via de comunicação quando a escrita ainda não foi desenvolvida. Ao término de alguma atividade tem-se a via da arte gráfica para recontar as experiências vivenciadas. A lembrança de uma aula passeio se torna referência para expressão, por exemplo, numa folha de papel. Mas também pode servir de anteparo para inserção de sonhos e ideais, onde se pode lançar as esperanças e objetivos.

Por fim, a “Educação Física – práticas adaptadas”, que também faz parte das linguagens. Tem como objeto de estudo a motricidade humana para PcD, adequando as metodologias de ensino e respeitando as características individuais dos alunos atendidos.

Pode-se observar que a falta de acomodações curriculares nas aulas de Educação Física implicam em dificuldades de participação e causa prejuízos no aproveitamento da aprendizagem dos AcD (COSTA & MUNSTER, 2017).

Estes, no CAEEJCNJ, são incluídos em contextos nos quais podem conhecer suas possibilidades e limitações para, a partir de então, superar tais limites. Os que se mostram mais competitivos são estimulados a participação em competições paraolímpicas.

Quanto à avaliação, destaca-se que a mesma não corresponde ao julgamento de aprovação, como defende Luckesi (1998):

A avaliação não seria tão-somente um instrumento para aprovação ou reprovação dos alunos, mas sim um instrumento de diagnóstico de sua situação, tendo em vista a definição de encaminhamentos adequados para sua aprendizagem. Se um 2º aluno está defasado não há que, pura e simplesmente, reprová-lo e mantê-lo nesta situação (LUCKESI, 1998, p. 81).

Reconhece-se que os resultados obtidos na avaliação do CAEEJCNJ devem ser utilizados como instrumento que possibilite o docente acompanhar a aprendizagem, possibilitando encaminhamentos adequados a aprendizagem focalizando nas competências e habilidades necessárias para viabilizar o processo de inclusão.

Para isso é salutar compreender que a avaliação no CAEEJCNJ serve de instrumento para o professor repensar suas práticas, contribuindo na ressignificação docente, desta forma ele deve ter conhecimentos acerca de como o aluno aprende a partir do olhar de suas particularidades e especificidades.

Essa forma de pensar a avaliação dos alunos do CAEEJCNJ é uma contribuição importante para essa prática. mais do que isso, nos oportuniza a pensar em todo o processo do ensino aprendizagem e nas

possibilidades de organizar o ensino, superando a metodologia baseada em definições ou descrições de fatos, sem, no entanto, abandonar o conteúdo científico.

É pontual que as práxis dos professores no universo da Educação Especial sejam compreendidos pelos alunos, como criação humana, como instrumentos e dessa forma, podem ser utilizado para facilitar a vida do AcD ao ampliar as significações com as quais interagem com os objetos e fenômenos da sua realidade.

Assim, verifica-se que no CAEEJCNJ a avaliação é feita por meio de Ficha de Avaliação Conceitual semestral que está representado pelos seguintes níveis de aprendizagem: 1 - EM CONSTRUÇÃO, representado pelas letras EC que apontam a aprendizagem inicial do aluno, seja nos primeiros contatos do aluno com o objeto de conhecimento ou numa continuidade de estimulação, apresentando ou não algumas resistências por parte do aluno e com os avanços e retrocessos comuns a esta fase. 2 - COM AUXILIO, representado pelas letras CA, indica que o aluno está em fase do processo de aprendizagem em que ocorre iniciativa do aluno com relação à aprendizagem, entretanto com necessidade de incentivo e de auxílio. 3 - CONSTRUÍDO, representado pelas letras C, o aluno demonstra aprendizado real de dado conteúdo, habilidade ou competência, devendo ser levado em conta, a depender do comprometimento cognitivo do aluno, a continuidade da necessidade de auxílio, mas demonstrando uma apropriação do que foi trabalhado em sala de aula. 4 - NÃO CONSTRUÍDO, representado pelas letras NC, quando há total resistência do aluno ao objeto de conhecimento ou a falta de respostas que demonstrem a compreensão dos comandos ou de atitude positiva em relação ao ato de aprender. Sendo constatado o aprendizado “não construído”, o conteúdo, habilidade ou competência deve ser apresentado de forma variada até contemplar a “modalidade de aprendizagem do aluno” e a demonstração de aprendizagem “em construção”.

Este modelo tem proporcionado aos professores um melhor entendimento sobre os níveis de aprendizagens dos alunos com deficiência de alto comprometimento no âmbito da linguagem, do raciocínio lógico matemático, da educação psicomotora e da educação sócio afetiva, demonstrando ser um instrumental que minimiza as dificuldades no sentido de respostas a serem empreendidas frente a variadas habilidades e competências deste grupo de pessoas.

Isso significa um caminho onde minimize as características de negação, o faz de conta que eu ensino e o faz de conta que eu aprendo. Reduz as inquietações sobre o que ensinar e por onde começar a ensinar, ganhando autonomia, descobrindo caminhos que visa a melhoria da qualidade de vida do AcD a fim do alcance satisfatório para a inclusão socioambiental.

O CAEEJCNJ a partir do CFN passa a caracterizar um espaço educacional projetado para oferecer oportunidades de ensino e aprendizagem dos alunos público alvo da educação especial de alto comprometimento, desenvolvimento de habilidades e competências os quais são importantes para torna-los independentes, competentes, produtivos e mais felizes nas diversas áreas da vida.

O FLUXO DA IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO FUNCIONAL

Quando se pensa na construção e implantação do currículo, faz-se necessário considerar as características inerentes ao público a que está se referindo e suas necessidades. No caso dos alunos do CAEEJCNJ é salutar respeitar suas especificidades, processo esse que muitas das vezes os próprios sistemas educacionais não promovem o que chamamos de AEE. Foi por essas características que foi adotado o CFN.

Os objetivos maiores da proposta do CFN é promover a interação significativa dos alunos com o meio socioambiental, oportunizando autonomia e melhoria da qualidade de vida. Para isso é fundamental entender a importância do papel familiar neste contexto, pois a extensão do universo educacional que

é a família possibilitam sentidos de continuidade às atividades desenvolvidas no contexto do ensino e aprendizagem.

O CFN exige que o ambiente educacional assegure as orientações junto com os pais e ou responsável legal dos alunos sobre os procedimentos os quais serão determinantes na aprendizagem de seus filhos, construindo assim um elo nos processos de interação, aprendizagem, reconhecimento entre a família e o espaço educacional.

A implantação do CFN no CAEEJCNJ está sendo uma experiência sensível e atuante no atendimento de crianças e adolescente com deficiência diagnosticada de alto comprometimento, focando em aspectos básicos acerca de cada especificidade e particularidade inerente a cada aluno, bem como variados pressupostos teóricos que explicam as mais variadas presenças de comportamentos estereotipados, os quais já definem no senso comum os que “não aprendem, os que não estudam”, permanecendo excluídos pelos sistemas educacionais de ensino e por todos operadores da educação.

Já é visível que a aplicabilidade do CFN no CAEEJCNJ está produzindo efeitos positivos sobre diversas variáveis inerentes aos alunos, havendo uma significada redução de ocorrências inerentes a comportamentos inadequados, atividade da vida diária, progresso nos aspectos da cognição e aprendizagem, melhoria na autonomia, conseqüentemente avanços da qualidade de vida.

Desta forma o CFN apresenta uma proposta filosófica que norteia as práticas educacionais, objetivos e procedimentos no processo ensino e aprendizagem com vistas em facilitar a apropriação de cada aluno daquilo que é oferecido no ambiente educacional. Para êxitos, é importante a proposta do CFN esteja em constante avaliação, permitindo e possibilitando a todos operadores educacionais a análise contínua do processo de ensino e aprendizagem, de modo que seja avaliado e caso sejam necessário seja modificado de acordo com as necessidades e especificidades dos alunos.

Nos 10 meses de implantação do CFN no CAEEJCNJ, nota-se que houve melhorias na comunicação e interação dos alunos atendidos, por apresentarem maior aprendizagem e autonomia. Houve, conforme SMEHA & SEMINOTTI (2008), uma relação de cooperação entre os mesmos, de modo a transcender os limites do mundo individual para alcançar a percepção e compreensão do outro.

Além disto, destacam-se melhorias na interação entre profissionais, tão imprescindíveis nas pesquisas de TEZANI (2010), considerando que puderam dar sua contribuição na elaboração e efetivação do PPP, tal como do regimento escolar. Isto contribuiu para atenuar a resistência na colaboração quanto a realização das atividades propostas segundo o planejamento de projetos coletivos. Além disto, houve um maior espelhamento entre o discurso e a práxis didática. Na medida do possível, considerando que a instituição educacional em tela faz parte da rede pública estadual, busca-se priorizar os aspectos pedagógicos. Tende-se a concatená-los de tal forma que os aspectos administrativos sirvam para viabilizar a implantação dos objetivos pedagógicos.

Ainda na perspectiva descrita acima, deve-se considerar que o CFN não representa estabilidade constante na Unidade de Ensino, pois consiste na reconstrução do fazer pedagógico e, portanto, submete-se a constantes reavaliações, com variadas possibilidades a serem exploradas, não apenas com os alunos, mas também com o corpo docente. Muito há ainda para ser feito no sentido de contribuir para a melhoria do ensino-aprendizagem dos AcD atendidos pelo João Cardoso.

É preciso enfrentar o “estranho medo da inclusão”, nos termos de OSÓRIO (2007), pois ainda que existam desafios a serem enfrentados, como a necessidade de aquisição de conhecimento, sob a metodologia da formação continuada dos professores, ou ainda pelos riscos inerentes ao atendimento do AcD, cabe repensar reiteradas vezes no intuito de ter a PcD como centro das atenções, de modo que a mesma não seja mais excluída dos processos de interação social em decorrência das

dificuldades inerentes à sua condição biopsicossocial.

Deve-se ter como alvo, portanto, definir, com clareza cada vez maior, os aspectos de cada componente curricular. À medida que o CFN vai se estabelecendo como novo modo de atuação didática oferece elementos de interação por meio dos relatórios elaborados pelos professores de cada componente curricular.

A autoanálise docente permite a socialização das práticas realizadas como forma de apontar sucessos por atender a nova metodologia, mas principalmente os pontos de melhoria - experiências que não tiveram o resultado esperado. Essa troca de constatações representa o caminho da prospecção de ajustes com o fim de atender, da melhor maneira possível, os requisitos das áreas de conhecimentos prescritas nos PCBCN, de modo que os alunos tenham acesso ao conteúdo adequado a sua aprendizagem, conforme progresso realizado no âmbito da educação ofertada pelo CAEEJCNJ.

Assim, seguir o CFN nos moldes orientados por SUPLINO (2009), não implica, sob nenhuma hipótese, reduzir a exigência ou qualidade do ensino dos conteúdos a serem estudados, mas sim promover a integração de conhecimentos, extraídos do fazer pedagógico, lapidados pelas constantes reavaliações acerca do que pode se tornar ainda mais funcional e natural para os alunos atendidos.

Com este propósito, os procedimentos se tornam mais complexos e exigem maior dedicação profissional no sentido de aumentar a quantidade de observações e registros das intervenções pedagógicas sobre a interação cotidiana no Centro com vistas a preparar relatórios que podem ser utilizados como dados do *modus operandi* na sala de aula. Essa perspectiva alcança o limite quando tem o compromisso de socializar não só com os docentes envolvidos na prática profissional, como também ao tornar as interações funcionais acessíveis aos familiares para que possam otimizar suas relações em outros contextos da vida.

Neste prisma, propõe-se que, como na concepção de CICERI CESA & BOLLI MOTA (2015), a família venha não só a compreender o processo de ensino-aprendizagem, como também multiplicar os conhecimentos adquiridos, por exemplo, em “oficina para pais”, nas circunstâncias da vida cotidiana.

AVALIAÇÃO E CONSIDERAÇÕES

Tendo em vista que o CAEEJCNJ sai na frente como pioneiro em Sergipe a oferecer em seu PPP o CFN como metodologia didática, nota-se que as adequações dos componentes curriculares conforme as áreas do conhecimento estabelecidas pelos PCBNC favorecem a ampliação das possibilidades e a eficiência educacional. Contribui para a obtenção de conhecimentos funcionais de modo que os alunos atendidos possam ampliar os horizontes.

Há que se ter em conta as complexidades inerentes a este processo de reorganização e a logística das alterações não só no âmbito da escola, como também no embate jurídico – para readequação do PPP e do Regimento Escolar – com a Secretaria de Educação e o Conselho respectivo.

O produto desses enfrentamentos quanto a ideais pedagógicos se apresenta não apenas na aceitação da proposta de aprimoramento da práxis educativa, como também pela observação da mudança de comportamento dos alunos do CAEEJCNJ, verificada no cotidiano escolar, tendo em vista o esforço para tornar funcionais, naturais e significativos os conhecimentos abordados. Além disto, o trabalho empreendido no Centro pode vir a ser modelo para outras instituições educacionais que atendam clientela correspondente.

Pode-se considerar, após análises mais aprofundadas, que essa nova realidade educacional aperfeiçoa a qualidade dos serviços educacionais prestados pela Secretaria de Estado da Educação

de Sergipe. No contexto do público-alvo do CAEEJCNJ, o CFN pode vir a ser imprescindível no sentido da acessibilidade e inclusão de AcD em sala de aula, amenizando os problemas dos estereótipos e da segregação dedicando-se ao acolhimento educacional irrestrito desses alunos.

Não obstante todo o esforço para efetivar mudanças pedagógicas com vistas a potencializar a inclusão de todos os AcD no CAEEJCNJ, houve momentos de estranhamento, como em toda implantação de novidades em instituições com costumes estabelecidos. Todavia, após um período de acomodações, verificou-se que as melhorias realizadas superaram os desencontros.

Ao descobrir resultados mediante sua práxis didática cotidiana, a maior interação social que, ao se notar as semelhanças com a vida real, possibilita a generalização dos aprendizados para outros ambientes. Por isto a relevância do esforço para escolha de atividades que se assemelham com a vida individual do aluno atendido e a criação de um *setting* educacional que espelha a vida real do mesmo. Ressaltam-se ganhos tanto para o aluno, como para o professor, os funcionários em geral e a comunidade escolar como um todo.

A implantação do CFN no CAEEJCNJ como metodologia pedagógica que busca promover maior funcionalidade a seus usuários, com objetivo de possibilitar sua autonomia, independência e qualidade de vida e, desta forma, garantir sua inclusão social tem feito a diferença nos processos de inclusão socioambiental. Pode-se notar a ampliação do repertório de comportamentos adequados do AcD, conforme os pressupostos da Educação Inclusiva. Desta forma ocorrem transformações na sua realidade, intensificando as relações cotidianas e, em decorrência, maximizando a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina S. Rodrigues. **Manual Informativo sobre inclusão**: informativo para educadores. 2013. Disponível em: www.educacaoonline.pro.br/index.php. Acesso em 31 de agosto de 2017.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assitiva**, CDI. Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil. Porto Alegre, 2008.

BERSCH, Rita Bersch; MACHADO. **Tecnologia Assistiva - TA**: Aplicações na Educação/ Módulo III. Santa Maria, 2012

BRASIL, **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Presidência da República. Acesso em 23 de abril de 2016 através do endereço eletrônico: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/.../L13146.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**– CORDE, 2007.

CICERI CESA, Carla; BOLLI MOTA, Helena. **Comunicação aumentativa e alternativa: panorama dos periódicos brasileiros**. *Revista CEFAC*, v. 17, n. 1, 2015.

COSTA, Camila de Moura; MUNSTER, Mey de Abreu van. **Adaptações Curriculares nas Aulas de Educação Física Envolvendo Estudantes com Deficiência Visual**. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 23, n. 3, p. 361-376, Sept. 2017. Available from . access on 16 July 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382317000300004>.

DA COSTA, Ana Maria Bénard. 6. **Currículo Funcional no Contexto da Educação Inclusiva**. Brasília, setembro de 2009, p. 105, 2006.

GALVÃO FILHO, T. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata**. In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). *Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade*. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, nov. 2007. ISSN 1984-6444. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos, **Avaliação da aprendizagem escolar**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da. **Pesquisando e investindo na escola inclusiva, com vistas a incentivar a cooperação dos pares**. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, nov. 2007. ISSN 1984-6444. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2018.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. **Estranho medo da inclusão**. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, nov. 2007. ISSN 1984-6444. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2018.

SMEHA, Luciane Najar; SEMINOTTI, Nedio. **Educação inclusiva: perspectivas da diferença no grupo de alunos**. *Educação (UFSM)*, Santa Maria, p. 305-322, out. 2008. ISSN 1984-6444.

Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2018.

SUPLINO, M. **Currículo Funcional Natural**: Guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental. 3ª edição (Revisada) – Rio de Janeiro: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Rio de Janeiro: CASB-RJ, 2009.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **Gestão escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva. Educação (UFSM)**, Santa Maria, p. 287 - 302, out. 2010. ISSN1984-6444. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/198464442078>.

Vygotsky, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.